



AÇÕES COLETIVAS E O DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL: 1996 A 2016
COLLECTIVE ACTIONS AND THE RIGHT TO EDUCATION IN BRAZIL: FROM
1996 TO 2016

Maria Antônia de Souza

E-mail: maria.antonio@pq.cnpq.br ou masouza@uol.com.br

Universidade Estadual de Ponta Grossa/Paraná; Universidade Tuiuti do Paraná

Brasil

RESUMO

Este trabalho tem o propósito de analisar ações coletivas relacionadas ao direito à educação no Brasil, no período de 1996 a 2016. O recorte temporal deve-se a dois movimentos importantes para a educação nacional no período: publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no ano de 1996 e a realização de ações coletivas no ano de 2016, incluindo o Encontro Nacional de Educação e as lutas contrárias à Medida Provisória 746, que gerou ocupações de escolas em estados brasileiros. O estudo é de natureza documental, com o olhar voltado para os documentos da sociedade civil, incluindo as cartas e manifestos dos Fórum em Defesa da Escola Pública (FNDEP), Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES) e Encontro Nacional de Educação de 2016. A análise é guiada pelas contribuições de Gohn (1997) sobre os movimentos sociais na América Latina, para quem os movimentos sociais “são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil”. Na conjuntura política de 2002 a 2015 houve possibilidades de diálogos entre sociedade civil e governos, marcada por comissões mistas, interinstitucionais e interministeriais na construção da política educacional. No ano de 2016 as ações coletivas foram intensificadas devido os recuos nas políticas públicas. Sujeitos coletivos colocaram em pauta a educação pública, a escola pública, a formação de professores e as condições de trabalho docente, bem como o projeto nacional para a educação. Em todo o período analisado são evidenciadas disputas políticas pela educação no Brasil, polarizadas entre movimentos voltados para a transformação e movimentos conservadores.

ABSTRACT

This study has as purpose analyzing collective actions related to the right to education in Brazil, from 1996 to 2016. The temporal cut is due to two important movements for the national education in the period: publication of the Law of Guidelines and Bases of Education (LDB) in 1996 and collective actions in 2016, including the National Meeting on Education and the struggles against Provisional Measure 746, which generated occupations of schools in Brazilian states. It is of a documentary nature, with a focus on civil society documents, including the letters and manifests of the Forum in Defense of Public School (FNDEP), National Union of Teachers of Higher Education Institutions (ANDES) and National Meeting of The analysis is guided by Gohn's (1997) on contributions of social movements in Latin America, for whom social movements "are sociopolitical actions built by collective social actors belonging to different classes and social strata, articulated in certain socioeconomic and political context of a country, creating a political field of social force in civil society." In the political conjuncture from 2002 to 2015 there were possibilities for dialogues between civil society and governments, marked by mixed, interinstitutional and interministerial commissions in the construction of educational policy. In the year 2016 collective actions were intensified due to the retreats in public policies. Collective subjects put into discussion public education, public school, teacher's education and teaching work conditions, as well as the national project for education. Throughout the analyzed period political disputes are evidenced by education in Brazil, polarized between movements geared toward transformation and conservative movements.

Palavras-chave: ações coletivas, movimentos sociais, direito à educação.

Keywords: collective actions, social movements, right to education.

I - Introdução: marco conceitual e metodologia

Este trabalho trata de ações coletivas relacionadas ao direito à educação no Brasil, no período de 1996 a 2016. Tem o propósito de problematizar os sujeitos políticos, os cenários das ações e as disputas em torno das políticas educacionais. A escolha temporal deve-se ao fato de que 1996 foi o ano de aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sob nº 9394, publicada em 20 de dezembro de 1996. Lei que demorou 13 anos para ser aprovada, que foi precedida de amplo debate no coletivo do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), mas que, após modificações durante o processo legislativo, abriu espaço para o fortalecimento da iniciativa privada na educação.

Os movimentos sociais organizados e vinculados à educação realizaram debates e demandas em torno do tema Diversidade, conseguindo incorporar à LDB importantes dispositivos sobre a EJA, Educação Especial, Educação Indígena, Educação Étnico racial, Educação do Campo entre outros temas. Dispositivos que foram incorporados à LDB no decorrer desses 20 anos. Por exemplo, o parágrafo único do artigo 28 da LDB foi inserido por meio da Lei nº 12.960, publicada em 27 de março de 2014, depois de muita manifestação social dos povos do campo contra o fechamento de escolas. A referida Lei dispõe que:

O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

Ao longo desses 20 anos foram publicadas diretrizes nacionais em diversas áreas, incorporando demandas dos movimentos sociais, em meio a disputas político-ideológicas. De todo modo, pode-se afirmar que houve um período de fortalecimento de práticas democráticas, em especial no período de 2003 a 2015, especialmente pelo reconhecimento da participação dos sujeitos das políticas. Mais do que dizer a política necessária aos povos, eles é que conquistaram a fala, a participação, o acompanhamento das políticas educacionais. Disputas foram marcadas pela presença do Movimento Brasil Livre (MBL) e do Projeto Escola Sem Partido, com propostas opostas às lutas dos movimentos sociais. Também, o projeto Pátria Educadora foi amplamente criticado, por desconsiderar o acúmulo de conhecimentos educacionais e por ter caráter de fortalecimento do empresariamento da educação no Brasil.

O ano de 2016 representa um momento difícil para a manutenção das conquistas coletivas, que até então eram fortalecidas por meio de audiências públicas, de comissões interministeriais e comissões que integravam representantes da sociedade civil e dos governos. Consolida-se a judicialização da educação. Judicialização tanto para gerar denúncias e conquistas relacionadas ao direito à educação, como judicialização para interrogar a política de Cotas, os programas educacionais vinculados à reforma agrária entre outros. Em nome do princípio da igualdade formal interroga-se a efetivação de políticas voltadas para o direito à igualdade fática. Especialmente os setores conservadores da sociedade impõe críticas a cursos superiores feitos para beneficiários da reforma agrária.

Nesse ano de 2016, as reuniões técnicas as equipes governamentais com os movimentos sociais são diminuídas ou extintas, dando lugar às assessorias empresarias na construção da política educacional. Negociações relacionadas à educação passaram a ser feitas com assessoria empresarial e voltada para atender interesses do mercado. Assim, foram impostas reformas como a do Ensino Médio e gerados conflitos em torno de temas como gênero, sexualidade, escola e partidos políticos, ideologia entre outros.

Retrata-se uma conjuntura de permanente contradição. Discursa-se sobre as práticas democráticas e aprova-se projeto de lei que criminaliza o trabalho docente. Discursa-se sobre conhecimento e cidadania, porém cria mecanismos para inibir e fragilizar o debate crítico, que pressupõe enfrentamentos e construção de argumentos carregados de história e contradição. História marcada por exploração, expropriação e ideologização que faz prevalecer princípios que interessam ao modo de produção capitalista e aos capitalistas internacionais.

Este trabalho foi elaborado a partir da análise de documentos dos Fóruns em Defesa da Escola Pública (FNDEP), Sindicato Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), Encontro Nacional de Educação e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Sustentou-se na discussão teórica pautada pelo conceito de movimentos sociais e desigualdades. Seguindo os ensinamentos de Gohn (1997, pp. 251-252) os movimentos são compreendidos como “ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil”. Sobre direitos, a investigação partiu da compreensão do protagonismo dos sujeitos, conflitos, disputas e antagonismos na cena pública. Como escreve Telles (2006), os sujeitos

colocam à prova os princípios universais dos direitos. No Brasil, a Constituição da República Federativa de 1988 é que amplia o leque de direitos, em perspectiva universal. Mas, ainda assim, o positivado na Lei está distante de ser efetivado.

As possibilidades do campo democrático construído nos últimos anos parecem, hoje, na segunda metade da década de 90, desafiadas por um projeto conservador que já se traduz em práticas reais, no qual a neutralização da dimensão ética da justiça e da igualdade em nome dos critérios de eficácia e racionalidade técnica da economia, passa pela imposição de uma ordem pública subtraída das esferas políticas de representação, negociação e interlocução. (Telles, 2006, p. 186. Grifo nosso)

A respeito das desigualdades, a compreensão compartilha do entendimento de Wanderley (2000, p. 58) de que a questão social fundante no país e na América Latina se centra nas desigualdades e injustiças enraizadas na estrutura social e resultante dos modos de produção e reprodução social, dos modos de desenvolvimento que se formaram em cada sociedade nacional. Para ele, a questão social

[...] se funda nos conteúdos e formas assimétricos assumidos pelas relações sociais, em suas múltiplas dimensões econômicas, políticas, culturais, religiosas, com acento na concentração de poder e de riqueza de classes e setores sociais dominantes e na pobreza generalizada de outras classes e setores sociais que constituem as maiorias populacionais cujos impactos alcançam todas as dimensões da vida social, do cotidiano às determinações estruturais. (2000, p. 58)

No Brasil, a desigualdade expressa-se em dimensões econômicas, culturais e identitária. A classe trabalhadora enfrenta as faces da desigualdade social e tem conquistado o direito de falar, de dizer a palavra no sentido de criticar, propor e acompanhar as políticas educacionais. Os jovens secundaristas (Ensino Médio) demonstraram a capacidade de organizar a ocupação das escolas e de desmascarar discursos de muitos governantes estaduais.

Nos últimos 20 anos a classe trabalhadora, em grande parte, acessou o Ensino Médio e a Educação Superior, por meio de políticas como a de Cotas e programas como PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), PROCAMPO (Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo) e a criação dos institutos federais de ensino médio e superior em regiões do interior do Brasil. No Educação, no ano de 2004, foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), posteriormente denominada de SECADI, contemplando a categoria inclusão. Foi criada a

Comissão Nacional de Educação do Campo, para assessorar e acompanhar as políticas públicas elaboradas com e para os povos do campo. Entretanto, a partir de 2016 essas comissões sofreram com os cortes de verbas e com a disposição governamental para ouvir os setores empresariais, muito mais, do que os setores representados pelos movimentos sociais e organizações da trabalhadora.

São 20 anos de um cenário de lutas, conquistas, resistências e, também, de fragilização de direitos. A fragilização de direitos recém conquistados é processo que se inicia nos anos de 2014, com a criação do Movimento Brasil Livre (MBL)¹, de caráter político, conservador. Articulado a esse movimento foram criados projetos de leis em estados, municípios e no âmbito federal conhecidos como “Escola Sem Partido”. O projeto de lei “Programa Escola Sem Partido” foi apresentado pelo senador Magno Malta no ano de 2016, com o intuito de alterar a LDB. Esse projeto não “vingou”, porém, as disputas em torno de projetos “Escola sem Partido” alcançaram assembleias legislativas e câmaras municipais, interferindo em planos municipais de educação e em projetos político-pedagógicos. Projetos vinculados a ideários liberais e que propunham eliminar o caráter político-ideológico das escolas brasileiras, como se ciência e educação pudessem existir sem ideologia, como se a neutralidade científica não tivesse sido superada epistemologicamente. Esse movimento e os projetos de leis tiveram reação da sociedade civil e de intelectuais da educação brasileira, como sendo uma tentativa de “criminalizar o trabalho pedagógico”.

Tendo em mente o cenário supracitado, este texto traz a indicação de **sujeitos coletivos** presentes no período de 1996 a 2016, priorizando segmentos da sociedade civil organizada, especialmente a vinculada à classe trabalhadora; dos **espaços públicos** e as principais pautas dos coletivos que lutam pela educação e das **disputas políticas** em torno da Educação. Nesse cenário de conquista de direitos e de resistências, o judiciário se torna um sujeito político fundamental nos processos decisórios das demandas e disputas políticas. E, outro sujeito político não menos importante tem sido os meios de comunicação, com tendência a valorizar a perspectiva política conservadora que se volta para a defesa da privatização da educação.

¹ Maiores informações sobre esse movimento político-liberal estão no site <http://www.mbl.org.br>. No site está disponível o documento intitulado “Propostas aprovadas no 1º Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre”, realizado em novembro de 2015. No documento fica explícito o caráter privatista para a educação, bem como o uso da repressão quando necessária. O Movimento também defende o fim da função social da propriedade. Consulta em 27 de janeiro de 2018.

II - Os sujeitos coletivos

Importante dizer que o sujeito coletivo mencionado neste texto é aquele que diz da sua realidade, para além dos discursos positivados na legislação. Quando o sujeito (objeto de discursos igualitários) entra em cena revela o que escreve Telles (2006, p. 180):

O que desestabiliza consensos estabelecidos e instaura o litígio é quando esses personagens comparecem na cena política como sujeitos portadores de uma palavra que exige o seu reconhecimento (...) que se pronunciam sobre questões que lhes dizem respeito, que exigem partilha na deliberação de políticas que afetam suas vidas e que trazem para a cena pública o que antes estava silenciado, ou então fixado na ordem do não pertinente para a deliberação política.

Tomando como referência essa ideia de sujeito e de protagonismo social, a opção foi por selecionar 3 sujeitos coletivos e suas lutas em torno do direito à educação. São eles: O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP), constituído em 1986; a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) criada em 1978 e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) criado em 1984. Além desses 3 movimentos, entrou em cena o movimento dos estudantes das escolas públicas, que ficou conhecido como “Ocupa Escola”, no ano de 2016.

O FNDEP, em especial a partir de 2011, fortaleceu reivindicações em torno do Plano Nacional de Educação, que foi aprovado em 2014, sob a Lei nº 13.005. O plano é composto de 20 metas e diversas estratégias em cada meta. Nota-se o reconhecimento de questões pautadas pelos movimentos sociais do campo, indígenas, quilombolas, jovens e adultos entre outros. Em que pese as estratégias vincularem-se às demandas postas pelos coletivos de trabalhadores, a redução e congelamento de verbas para a educação pública não permitirão a efetivação da educação em perspectiva crítica e universal. Em que pese a defesa da gestão democrática e educação pública pela sociedade civil, o que se vê no país são iniciativas que fortalecem o empresariamento da educação, o gerenciamento terceirizado, a “criminalização” do trabalho pedagógico, mediante policiamento político-ideológico conservador. Enquanto países da América Latina, como Chile, lutam pela retomada da educação pública pelo vínculo do Estado, o Brasil retrocede e difunde discursos sobre a precarização das universidades públicas induzindo a população a pensar que a educação particular será a salvação. Os movimentos sociais que resistem são “abafados” pela mídia que compactua com os interesses do capital nacional e internacional.

O FNDEP ficou conhecido nos anos de 1980 pela defesa da educação como direito de todo o cidadão, pela luta pela redemocratização da sociedade e por verbas públicas para a Educação. Foi um dos responsáveis pela elaboração do projeto de LDB integrando as pautas da sociedade civil, em especial, das vozes dos sujeitos que diziam da educação necessária a eles. É um dos coletivos de luta pela constituição do Sistema Nacional de Educação, gestão democrática em todas suas instâncias e nas unidades educacionais, participação e controle da/pela sociedade.

A ANPED², por sua vez, tem sido combatente das políticas de empresariamento da educação, da Reforma do Ensino Médio, do Projeto Escola Sem Partido e da ausência de diálogo com o governo federal. Tem difundido debates de intelectuais da educação brasileira e de movimentos sociais voltados para a valorização da educação pública, da produção do conhecimento científico, crítica dos projetos que congelam os investimentos no setor social, em especial na educação.

Para a ANPED, o "Programa Escola sem Partido" está mascarado no discurso de neutralidade, na tentativa de institucionalizar o cerceamento da liberdade de expressão e de ensino nas escolas brasileiras. O projeto traz a aparência de proteção às crianças e jovens, às famílias, mas trata-se da expressão conservadora presente no país, em várias frentes na educação. Um documento que foi muito criticado, em especial pela valorização do empresariamento da educação, é o que ficou conhecido como Pátria Educadora, também alvo de resistências por parte de professores e pesquisadores da educação.

O MST³ tem colocado a educação em debate desde meados dos anos de 1980, quando criou o Setor de Educação, pautando as escolas dos assentamentos, a educação das crianças dos acampamentos, a formação de professores, o currículo entre outros temas e problemas vividos no campo. Das experiências coletivas do MST emergiu o movimento nacional da Educação do Campo no final dos anos de 1990, bem como políticas educacionais e diretrizes curriculares direcionadas para as demandas dos sujeitos coletivos do campo. Em 2011, o MST lançou a Campanha "Fechar escola é crime", como forma de resistir à política de fechamento de escolas e interrogar o projeto de campo em vigência no Brasil. O projeto de campo vinculado a grandes

² Acessando a página <http://www.anped.org.br> é possível encontrar artigos, cartas e manifestos favoráveis à educação pública. Há um intenso debate com pesquisadores da área da Educação em defesa da universidade pública, no momento atual. Acesso em 30 de janeiro de 2018.

³ Na página do MST – <http://www.mst.org.br> – é possível encontrar publicações e bandeiras de luta em torno da Educação e da Escola. Acesso em 30 de janeiro de 2018.

propriedades e produção para exportação fragiliza a agricultura familiar e gera migração campo – cidade. Com isso, municípios de ampla extensão territorial são marcados por baixa densidade demográfica e por dificuldades na efetivação das políticas sociais, dentre elas a educação. O MST posiciona-se contra o empresariamento da educação, a favor da educação pública e universalização do acesso à Educação Básica, Superior e Pós-Graduação. Pode-se dizer que a Lei 12.960/2014 que inseriu o parágrafo único na LDB 9394/96, coibindo o fechamento de escolas no campo, é fruto das ações do MST de denúncia de fragilização do direito à educação no campo.

Além desses 3 sujeitos coletivos, há o Sindicato da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior – ANDES – criado em 1981 e que tem firmado, historicamente, os seguintes compromissos:

- Lutar pela **educação pública** de qualidade, pela **valorização do trabalho docente** e pela **autonomia das instituições públicas** de ensino superior.
- Lutar pela **universalização do acesso à educação superior pública e gratuita**, com garantia de permanência.
- Lutar **contra as reformas neoliberais** que retiram direitos dos trabalhadores, especialmente a reforma universitária privatizante.
- **Combater todas as formas de mercantilização da educação.**

E, no ano de 2016, os estudantes secundaristas (Ensino Médio) marcaram presença no cenário público com o que ficou conhecido como Movimento de Ocupação das Escolas. Também, em 2016, os jovens e professores resistiram à aprovação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e à reforma do Ensino Médio que modifica a grade curricular e a flexibilização da carga horária, além de enfatizar a formação profissional técnica. A juventude estudantil, nas centenas de ocupações realizadas em escolas e universidade públicas alertavam para o fato de que o ensino público enfrenta dificuldades que são de infraestrutura precária, desvalorização dos professores e baixos salários. Os estudantes criticaram a reforma do Ensino Médio pela desvalorização imposta à área de humanas na organização curricular.

Em que pese a política de fechamento de escolas ser objeto de discussão entre os movimentos sociais do campo, nos anos de 2015 e 2016 essa política atinge espaços urbanos como São Paulo, desencadeando uma série de denúncias e a ação de ocupar escolas para dizer da situação vivida e da recusa às políticas “de cima” implantadas por governos estaduais, municipais e federal.

O movimento conhecido como “Ocupa Escola” dirigiu suas críticas ao segmento governamental que apresentava propostas contrárias aos anseios e necessidades da juventude e com a realidade das escolas públicas no Brasil. Foi um movimento organizado a partir de comissões de trabalho de modo a garantir a convivência e organização coletiva nas instituições durante o período da ocupação. Fizeram articulação com coletivos como universitários, movimentos sociais de diversos segmentos como negros, LGBT, MST entre outros.

O movimento Ocupa Escola ficou conhecido por sua organização e politização. Seus cartazes revelam que os opositores, naquele momento, eram os governantes. Alguns temas presentes em cartazes de diversos estados brasileiros continham o que segue:

- “Você fecha minha escola e eu tiro o seu sossego”. Frase direcionada ao governador de São Paulo – Geraldo Alckmin, como forma de resistir ao fechamento de escolas nos anos de 2015 e 2016.
- “Os jovens também ensinam”.
- “Lutar sempre, Temer jamais”. Uma crítica expressa ao Michel Temer que assume a presidência da República após o impeachment de Dilma Rousseff.
- “Contra o golpe do Ensino Médio, fora Temer”.
- “O jovem no Brasil nunca é levado a sério”.
- “O governo não quer dar educação porque educação derruba o governo”.
- “A escola é nossa”.
- “Educação não é mercadoria”.

Os jovens durante o processo de ocupação das escolas fizeram articulação com universidades, movimentos e partidos políticos que defendem a educação pública e a transformação social. Realizaram debates com os pesquisadores da educação, com o intuito de entender o propósito das reformas, a lógica de fechamento das escolas, enfim, análise de conjuntura e de projeto político de país. E, como afirma Gohn (2017, p. 90), “As reivindicações dos/as estudantes são diversas, mas as três pautas em comum, que têm ganhado muita força, são a Base Nacional Comum Curricular, o debate de gênero nas escolas e a livre organização estudantil”.

Como escreve a autora:

Nas ocupações do Brasil os estudantes tiveram como fonte de inspiração o movimento pela educação ocorrido anos atrás no Chile, tanto na chamada

“Revolta dos Pinguins” da década de 2000 como nas ocupações que vieram ocorrendo em 2010, no Chile e na Argentina. Cartilhas e matérias sobre como fazer e como organizar uma ocupação foram meios para difundir aqueles ideais. (Gohn, 2017, p. 90).

Em muitos momentos, o movimento “Ocupa Escola” lembrou as ações do MST do início dos anos de 1990, período em que o movimento deu visibilidade à palavra de ordem “Ocupar, Resistir e Produzir também na Educação”, fortalecendo o lema vinculado a reforma agrária que era “Ocupar, Resistir e Produzir”. A juventude do movimento “Ocupa Escola” deu visibilidade ao lema “Ocupar e Resistir”.

III - Os espaços públicos: ênfase no Encontro Nacional de Educação – agosto/2016

Para resistir aos ataques à Educação é necessário muita luta coletiva. Aproximadamente 3 mil pessoas participaram da marcha “Em defesa da Educação”.

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – Agosto de 2016.



Foto: Rafael, [ene2016.org](https://www.facebook.com/ENE2016/)). Disponível em facebook <https://www.facebook.com/ENE2016/>. Acesso em 30 de nov 2017.

O Encontro Nacional de Educação de 2016 fez a defesa a uma educação pública, gratuita, democrática e de qualidade em todos os níveis de ensino, e que seja acessível para toda a população. Destaca a perspectiva da emancipação humana no processo formativo. Destaque para uma formação que possibilite pensamentos e experiências voltadas para construção de

outro tipo de sociedade. Espaço público marcado pela presença de estudantes, professores, assistentes sociais, movimentos sociais, coletivos envolvidos com a construção de práticas democráticas nas próprias comunidades. Como escreve Telles (2006, p. 190) em cenários públicos abertos à palavra do direito são desconstruídas a figuração da pobreza e da negatividade. *Os coletivos dizem o que desejam*, para além dos discursos sobre igualdade e justiça que constroem a figura do pobre.

Assim, a rua e as escolas foram cenários de manifestações por educação, especialmente no ano de 2016, quando as resistências ficaram visíveis em todos os coletivos que conquistaram a escola e a participação nas formas de gestão, de produção e acompanhamento de políticas educacionais. No governo que vai de 2003 a 2014, gestão Lula e Dilma, aconteceram audiências públicas, fóruns em defesa da educação, comissões interministeriais, comissões formadas por governos e sociedade civil. Leia-se a sociedade civil constituída pelos coletivos marcadamente da classe trabalhadora. No período de 2016, as políticas educacionais pautam-se por diálogos entre governo e empresa, com interrupção de comissões interministeriais nas áreas em que os sujeitos haviam conquistado vozes, sujeitos que podiam dizer da sua existência e participar da construção de políticas efetivas. Assim, entra em cena a sociedade civil constituída pelos coletivos empresariais. Alargam-se as disputas, resistências e enfrentamentos para evitar perda de direitos e fragilização de políticas construídas com a participação social.

As estratégias de resistência foram realizadas nas ruas, escolas e em inúmeros documentos conhecidos como Cartas e Manifestos contrários às ações governamentais de face conservadora, instalada na gestão do governo de Michel Temer, a partir de meados de 2016.

Entretanto, o Brasil dos anos de 1996 a 2016 também vivencia movimentos que defendem a privatização da educação e a terceirização da gestão escolar. Esses projetos são refutados pelos fóruns em defesa da escola pública, pelas associações científicas da educação e por movimentos como o MST. Esses movimentos de caráter empresarial são sustentados, em seus discursos, pelos meios de comunicação de massa, em especial as redes abertas de televisão, com programas, propagandas e debates selecionados para fazer valer as políticas reformistas e o ideário de Estado Mínimo na esfera social.

IV - As disputas políticas: considerações finais

De um lado os sujeitos coletivos que defendem a educação pública, crítica e a universalização do acesso à educação superior. De outro lado há coletivos que defendem a

privatização e a regulação dos conteúdos escolares, em nome da neutralidade científica e da qualidade da educação. Esse segmento vincula-se ao Movimento Brasil Livre e aos defensores dos projetos de lei intitulados “Escola Sem Partido”. Como escreve Gohn (2017, p. 88), também, o movimento “Compromisso Todos pela Educação” é um exemplo de novo movimento social na área da educação.

É uma coalização de pessoas do mundo empresarial e/ou das elites empresariais, tais como G. Gerdau, J. Roberto Marinho, ou executivos de grandes bancos e personalidades do Terceiro Setor, com destacada atuação no campo da Educação, como Viviane Senna, Milu Vilela, Norberto Pascoal etc., além do Instituto Ethos, e o Gife, com apoio da UNESCO. A proposta é no sentido de fazer da Educação uma ferramenta básica para o próprio desenvolvimento do País, pressionando o governo para que ela se torne a principal política pública.

Nesse movimento não há lugar para a participação popular. Há disputas por verbas públicas para a iniciativa privada.

Há um novo ciclo de lutas na educação, como afirma Gohn (2017, p. 90), que traz questões curriculares e a pedagogia nas escolas de ensino médio. Ela escreve que:

O Movimento Contra a Escola Sem Partido é um dos exemplos a ser citado. Escola sem Partido é um projeto controverso – apoiado pelos setores retrógrados da sociedade, que defendem abertamente valores anti-democráticos – e tem sido amplamente discutido e questionado (...).

Fica configurada uma disputa política em torno de um direito social. Disputa que integra o jogo internacional do capital. Afinal, a quem interessa que os conteúdos de análise de conjuntura, as contradições sociais, as condições precárias de trabalho etc. não sejam discutidos? A quem interessa que os professores sejam técnicos do ensino? A quem interessa a fragilização do conhecimento? Aparentemente, isso pode interessar a grupos econômicos dominantes no país, porém esses grupos integram a engrenagem internacional. Dessa forma, a política, a economia e a educação nacional ficam sob determinações internacionais e em meio aos processos de resistência locais.

Nesse cenário, o judiciário aparece como um sujeito político de mediação dessas disputas. Esse é um tema que merece atenção dos pesquisadores. Outro aspecto que merece atenção é a forma de atuação dos coletivos, em especial pela utilização das redes sociais digitais.

Como escrevem Souza e Beltrame (2017, p. 103):

Os movimentos sociais, construídos e fortalecidos a partir da concepção da educação popular, transformadora, crítica, apropriam-se do arcabouço cultural e tecnológico para fazer avançar as lutas sociais e políticas, a fim de fazer frente à mídia aberta que, no Brasil, não divulga a essencialidade dos fatos que envolvem movimentos de trabalhadores.

Em síntese, os 20 anos de ações coletivas em torno da educação revelam dois movimentos e dois projetos societários em disputa. De um lado um coletivo conservador que tenta retomar os rumos da política determinada pelas relações econômicas e clientelista. De outro lado, um coletivo (de coletivos) que pauta a educação como direito e a participação efetiva como condição para a construção da política pública, da política elaborada e controlada pela própria sociedade, com a responsabilidade do Estado de garantir a efetivação do direito social.

O encolhimento da política como participação democrática gera inquietações e incertezas quanto ao futuro do país. Os coletivos enfrentam o desafio de reorganizar as pautas de luta e as condições infraestruturais para fazer frente ao projeto hegemônico em vigência.

A luta continua em meio à violência simbólica e física enfrentada pelos que se opõem aos governos conservadores!

V - BIBLIOGRAFIA

BRASIL. *Lei n. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF.

BRASIL. *Lei nº 12.960 de março de 2014*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Publicado no DOU em 28 de março de 2014. Brasília, DF.

Gohn, M. da G. (2017). Movimentos sociais e lutas pela educação no Brasil: experiências e desafios na atualidade. In: Campos, M. A. T.; Silva, M. R. da (orgs.). *Educação, movimentos sociais e políticas governamentais*. Curitiba: Appris. 83-92.

Gohn, M. da G. (1997). *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.



- Souza, M. A. de; Beltrame, S. A. B. B. (2017). Movimentos sociais: Articulação com educação popular e com redes sociais digitais. In: In: Campos, M. A. T.; Silva, M. R. da (orgs.). *Educação, movimentos sociais e políticas governamentais*. Curitiba: Appris. 93 – 106.
- Telles, V. da S. (2006). *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Wanderley, L. E. W. (2000). A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: Castel, R.; Wanderley, L. E. W.; Belfiore-Wanderley, M. (2000). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC. 51 – 162.